FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Ano Lectivo de 2021/2022

Direito da União Europeia – 2.º Ano - Turma da Noite
Exame Final – Coincidência – 30/06/2022 – 19:00

Regência: Prof.ª Doutora Maria José Rangel de Mesquita
Assistentes: Mestre Cristina Sousa Machado, Dra. Rita Curro e
Dr. Miguel Arnaud de Oliveira

Tópicos de correcção

I

O processo de tomada de decisão sofreu alterações significativas com a evolução da integração europeia e o modelo que vigorava na Comunidade Económica Europeia já não corresponde ao previsto nos Tratados em vigor.

Caracterize essas alterações em termos de instituições envolvidas no processo de tomada de decisão e respectiva competência, de diferenciação de procedimentos de tomada de decisão e de maiorias de deliberação.

- referência aos principais traços de evolução do processo de tomada de decisão no processo de integração europeia (desde o modelo do TCEE até ao Tratado de Lisboa) e das competências da Comissão, do Conselho e do Parlamento Europeu (iniciativa e competência de aprovação de actos normativos);

- em especial a evolução da competência legislativa do Parlamento Europeu e os sucessivos processos de tomada de decisão com participação desta instituição: processo de cooperação (Acto Único Europeu), processo de co-decisão (Tratado de Maastricht) e, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, processos legislativos ordinário e especial e respectivas bases jurídicas (art. 289 TFUE);

- distinção entre processo legislativo ordinário e processo legislativo especial;

- as maiorias de deliberação no Parlamento Europeu e no Conselho no quadro do processo legislativo; em especial, a evolução das maiorias de deliberação no Conselho (n.º de votos, n.º de Estados membros e percentagem da população) e o sistema vigente e respectivas bases jurídicas (arts. 16.º TUE e 238.º TFUE em especial)

- a existência de diversos procedimentos de tomada de decisão em razão dos domínios materiais abrangidos nas atribuições da União: em especial o caso da Política Externa e de Segurança Comum, a competência do Conselho Europeu, do Conselho e do Alto Representante (arts. 26.º, 30.º e 31.º do TUE em especial) e o papel do Parlamento Europeu (art. 36.º do TUE).

II

Responda fundamentadamente às seguintes questões, indicando as bases jurídicas pertinentes (máximo de 25 linhas por cada resposta).

a) Explique qual a relevância do Tratado Spinelli para a integração europeia.

- *um dos passos relevantes no relançamento da construção europeia e da integração política;*
- *projecto de Tratado que institui a União Europeia, adoptado pelo Parlamento Europeu em 14.2.1984 e fruto de um trabalho em que se destacou o deputado europeu Altiero Spinelli;*
- *entre outros aspectos, previa a instituição de uma União Europeia, a cidadania da União e a matéria dos direitos fundamentais.*

b) Qual o enquadramento normativo das medidas aplicadas pela União Europeia em relação à Rússia?

- *o duplo enquadramento normativo das medidas restritivas adoptadas pela União Europeia: as bases jurídicas que regulam a PESC (em especial, arts. 26.º, 28.º e 29.º TUE) e as bases jurídicas que disciplinam a provação de medidas restritivas no âmbito do TFUE (art. 215.º TFUE);*
- *o objeto das medidas restritivas, em especial as medidas restritivas individuais e as sanções económicas (art. 215.º TFUE).*

c) Pode a Assembleia da República reagir contra um procedimento legislativo da União que, no seu entender, viole as atribuições do Estado português e a sua competência legislativa prevista na Constituição?

- *o papel dos parlamentos nacionais na construção europeia, em particular a garantia do respeito pelo princípio da subsidiariedade (art. 12.º, b) TUE e Protocolo (N.º 1) relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia e Protocolo (N.º 2) relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade)*
- *o procedimento de parecer fundamentado sobre a conformidade de um projecto de acto legislativo com o princípio da subsidiariedade e seus efeitos jurídicos (art. 3.º do Protocolo N.º 1 e arts. 1.º, 6.º e 7.º Protocolo N.º 2): traços essenciais;*
- *o recurso contencioso com fundamento na violação do princípio da subsidiariedade (art. 8.º do Protocolo N.º 2).*

d) Explique a relevância do acórdão Associação Sindical dos Juizes Portugueses para o Direito da União Europeia.

- *processo de questão prejudicial colocada pelo Supremo Tribunal Administrativo português (redução temporária do vencimento dos juizes do Tribunal de Contas);*
- *a relação entre os arts. 2.º e 19.º do TUE: o art. 19.º do TUE concretiza o valor do Estado de direito previsto no art. 2.º do TUE;*
- *o papel dos órgãos jurisdicionais nacionais na fiscalização jurisdicional da ordem jurídica da União e no controlo do respeito na interpretação e na aplicação do Direito da União;*

- a independência dos órgãos jurisdicionais nacionais enquanto pressuposto da garantia do princípio da tutela jurisdicional efectiva previsto no art. 19.º, n.º 1 do TUE.

III

Imagine que, em 15 de janeiro de 2022, o Parlamento Europeu instou a Comissão Europeia a apresentar uma proposta de regulamento com vista a estabelecer novas regras em matéria de segurança ferroviária, designadamente a uniformização dos sistemas de controlo de incêndios em comboios. A Comissão considerou a medida inoportuna, por implicar mais gastos para as empresas ferroviárias, ignorando o convite do Parlamento Europeu.

Perante a posição da Comissão Europeia, um grupo de Deputados do Parlamento Europeu ameaçou aprovar uma moção de censura à mesma. Para evitar a moção, a Comissão remeteu uma proposta de regulamento sobre a matéria ao Conselho, que a aprovou por unanimidade. Segundo a Comissão, tal resultado tornava desnecessária a participação do Parlamento Europeu, pelo que não enviou a proposta ao órgão parlamentar.

Publicado o regulamento, a Companhia Ferroviária portuguesa recusa-se a cumprir as novas regras, invocando que o novo regulamento da União Europeia não invalida nem revoga a legislação nacional em vigor sobre a matéria.

Pergunta-se:

- a) Pode o Parlamento Europeu instar a Comissão a apresentar uma proposta legislativa?
Em caso de recusa, a única solução é a aprovação de uma moção de censura?

- Comissão Europeia: direito (quase) exclusivo de iniciativa legislativa – arts. 17.º, n.º 2, do TUE e 294.º, n.º 1, do TFUE; os órgãos legislativos (Parlamento Europeu e Conselho) não podem substituir-se à Comissão, mas podem instá-la a exercer a iniciativa legislativa (arts. 225.º e 241.º do TFUE); se a Comissão não der sequência: recurso por omissão junto do TJUE (art. 265.º do TFUE)

- moção de censura – a Comissão é politicamente responsável perante o Parlamento Europeu – arts. 17.º, n.º 8, do TUE e 234.º do TFUE – maioria agravada (2/3 votos expressos) – consequência gravosa: demissão coletiva dos membros da Comissão.

- b) O regulamento poderia ser aprovado pelo Conselho da União Europeia?

- segurança ferroviária (transportes) – processo legislativo ordinário – bases jurídicas: arts. 91.º, n.º 1, alínea c), do TFUE e 289.º, n.º 1, do TFUE; aprovação conjunta pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho – arts. 14.º, n.º 1 e 16.º, n.º 1, do TUE (neste caso, após consulta ao Comité Económico e Social e Comité das Regiões); Comissão envia projeto aos dois órgãos legislativos (294.º, n.º 2, do TFUE); a primeira leitura cabe ao Parlamento Europeu (artigo 294.º, n.º 3, do TFUE);

- maiorias de deliberação – Conselho: bastaria maioria qualificada (art. 16.º, n.º 3, do TUE), mas a votação unânime não retira o poder de decisão do Parlamento Europeu;

- respeito pelos limites das competências de cada instituição e pelos procedimentos – cooperação leal entre as instituições da UE (art. 13.º, n.º 2, do TUE).

c) O direito da União Europeia invalida ou revoga a lei nacional?

- *regulamento: ato típico de direito derivado da UE (art. 288.º do TFUE) – ato normativo diretamente aplicável em todos os Estados membros;*

- *princípio do primado do Direito da União Europeia – princípio de criação jurisprudencial (vg. Acórdãos Costa Enel e Simmenthal) que não está formalmente consagrado nos Tratados (v. a Declaração 17 sobre o primado do direito comunitário);*

- *princípio do primado implica a primazia do direito da UE sobre a norma nacional, ou seja, a aplicação da norma da UE e o afastamento de norma interna contrária; o regulamento não revoga o direito interno (torna-o inaplicável), nem contende com a validade do direito interno (não há uma relação hierárquica), mas os Estados estão obrigados a revogar ou a alterar o direito interno para eliminar a incompatibilidade com o direito da UE (principio da cooperação leal, art. 4.º, n.º 3, do TUE); possibilidade de acção por incumprimento estadual (artigos 258.º a 260.º do TFUE).*

Duração: 90 minutos

Cotação: Grupo I – 6 valores. Grupo II – 6 valores: 1,5 valores por cada questão). Grupo III – 7 valores: a) 2,5 valores; b) 2 valores; c) 2,5 valores). Redação e sistematização: 1 valor.

Observações: Permitida apenas a consulta de tratados e outras fontes de Direito da União Europeia (não anotados nem comentados).